

JUVENTUDE DOS ANOS 60-70 E ENVELHECIMENTO: ESTUDO DE CASOS SOBRE FEMINIZAÇÃO E DIREITOS DE MULHERES IDOSAS

Denise Nicodemo¹
Marilda Piedade Godoi²

RESUMO

A feminização na velhice vem chamando muito a atenção por causa de seu elevado índice de ocorrência. Este estudo questiona quem foi a jovem que gerou esta idosa que desempenha um papel forte na atualidade. Entrevistaram-se duas idosas e, por meio de resgate de memórias chegou-se a perfis singulares: uma delas estava imbuída dos ideais dos "anos dourados" – quando se buscava a segurança de um casamento; a outra, revolucionária política que lutou por seus direitos, expôs-se às pressões da ditadura e lutou pela liberdade democrática do país.

Palavras-chave: Feminização. Idosa. Direitos.

YOUTH IN THE 1960'S-70'S AND ELDERLY: CASE STUDY ON FEMINIZATION AND RIGHTS OF ELDERLY WOMEN

ABSTRACT

The feminization in old age has received much attention lately because of its high rate of occurrence. This research investigates the young girl who became the old woman of today and who plays such an important role in society. We interviewed two elderly women, and through their memories we have come up with unique profiles: one was influenced by the ideals from the "golden years" - when the security of a marriage was valued; the other, was a political revolutionary exposed to the pressures of dictatorship and who has fought for her rights and for the democratic freedom of the country.

Keywords: Feminization. Elderly woman. Rights.

JUVENTUD EN LOS AÑOS 1960-70 Y VEJEZ: ESTUDIO DE CASO SOBRE LA FEMINIZACIÓN Y DERECHOS DE MUJERES ANCIANAS

RESUMEN

La feminización en la vejez está llamando la atención por causa del elevado índice de ocurrencias. Este trabajo investiga quien fue la joven que generó esta anciana, que desempeña un papel importante en la actualidad. Fueron entrevistadas dos ancianas y por medio del rescate de la memoria se llegó a perfiles singulares: una de ellas estaba influenciada por los ideales de los "años dorados"- cuando se buscaba la seguridad en el

¹ Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Básicas em Cirurgia Plástica pela UNIFESP, Departamento de Odontologia Social e Clínica Infantil, Faculdade de Odontologia de São José dos Campos, UNESP.

² Especialista em Direitos Humanos, Professora Voluntária da UNATI – Núcleo de São José dos Campos, UNESP.

matrimonio; la otra, revolucionaria política que luchó por sus derechos, exponiéndose a las presiones de la dictadura y luchó por la libertad democrática del país.

Palabras-clave: Feminización. Anciana. Derechos.

INTRODUÇÃO

“Um homem que se lembra sozinho daquilo que os outros
não se lembram assemelha-se a alguém que
vê o que os outros não vêem”
J.Michel Alexandre

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a população idosa como aquela a partir dos 60 anos de idade, mas faz uma distinção quanto ao local de residência dos idosos, pois esse limite é válido para os países em desenvolvimento, subindo para 65 anos de idade quando se trata de países desenvolvidos.

O aumento de número de idosos no mundo e, mais especificamente no Brasil, tem ganhado prioridade nos assuntos que envolvem, socialmente, este nicho da população.

Um aspecto que vem sendo amplamente discutido em relação ao envelhecimento da população brasileira é o processo de “*feminização da velhice*”. As mulheres constituem a maioria da população idosa em todas as regiões do mundo. Segundo dados estatísticos, em 2002 existiam 678 homens para cada mil mulheres idosas no mundo. É bem maior o número de mulheres idosas, e as estimativas são as de que as mulheres vivam, em média, de cinco a sete anos mais que os homens.

As desigualdades por sexo promovidas pelas condições estruturais e sócio-econômicas em muitas situações alteram inclusive as condições de saúde, renda e a dinâmica familiar e têm forte impacto nas demandas por políticas públicas e prestação de serviços de proteção social. Viver mais não é sinônimo de viver melhor. As mulheres acumulam, no decorrer da vida, desvantagens (violência, discriminação, salários inferiores aos dos homens, dupla jornada, etc.) e têm maior probabilidade de serem mais pobres do que os homens e dependendo assim de mais recursos externos.

Por meio da análise de dados levantados em pesquisa realizada com duas mulheres idosas que tiveram sua juventude no final década de 1960 e 70 e significativamente quebraram normas e valores sócio-culturais relativos a essa época, este trabalho buscou amplamente o entendimento da trajetória histórica da mulher brasileira e sua luta por espaço de direito na sociedade. Essa pesquisa, qualitativa, consistiu numa entrevista não diretiva com essas duas idosas (de 70 anos e 66 anos, respectivamente, ambas residentes em São José dos Campos – SP) que vivenciaram situações diferenciadas de época. Partiu-se de um levantamento bibliográfico sobre a evolução do envelhecimento, levando-se em conta conceitos, constituição e evolução da gerontologia no Brasil. Explorando-se amplamente a história oral e a memória, para a compreensão dos fenômenos estudados foram empregadas técnicas de *entrevista semi-dirigida* e semi-estruturada, via oral e escrita, e análise de conteúdo dos relatos.

A feminização na velhice



As estatísticas no Brasil e no mundo exibem uma predominância da população feminina entre os idosos, fenômeno numericamente constatado em âmbito internacional, pelos estudos sociodemográficos. Existem no mundo cerca de 302 milhões de mulheres e 247 milhões de homens com 60 anos de idade ou mais. Nos países desenvolvidos, as mulheres acima de 60 anos representam mais de 20% do total da população feminina, segundo a ONU (1995, apud [VERAS](#), 1999, p.35-50). Ainda, [Arber e Ginn](#) (1991) comentam que o diferencial por gênero na expectativa de vida se ampliou neste século. Comparando-se idosos de 65 anos de idade em 1906 e em 1985, um homem nesse ano podia esperar viver por mais 13 anos, ao invés de 11, mas uma mulher podia esperar viver mais 17 anos em vez de 12. O mesmo acontece com pessoas na faixa etária dos 80 anos, quando a diferença em expectativa de vida favorece as mulheres em 13 anos em relação aos homens. No Brasil em 1997, dentre o grupo etário formado pela população de mais de 80 anos, existia 1,5 mulher para cada homem ([CAMARANO et al.](#), 1999).

Para [Berquó](#) (1999), esse diferencial por sexo entre idosos, favorável às mulheres, tanto na população total quanto na população de idosos, é explicada pela diferença nos ritmos de crescimento das populações idosas cabendo às mulheres, desde a década de 1950 do século XX, uma maior expectativa de vida. Em 1980, enquanto a expectativa de vida para os homens era de 59 anos, às mulheres correspondia 65 anos, ou seja, chance de viver seis anos a mais do que os homens. Em 1991 essa diferença aumentou para sete anos, e, em 1996, alcançou nove anos ([CAMARANO et al.](#) 1999). Por volta de 2020, dois terços dos idosos com mais de 80 anos serão mulheres ([GOLDANI](#), 1999).

De acordo com [Goldani](#) (1999, p.80), “a maior sobrevivência e longevidade femininas está comprovada para todas as sociedades modernas, desenvolvidas ou não”. É Goldani, ainda, que propõe explicações:

[...] os homens morrem mais cedo devido a um estilo de vida associado a fatores de riscos [...], as mulheres ainda se beneficiariam dos efeitos protetores de hormônios e ciclo menstrual e das diferenças de metabolismo associados às lipoproteínas – conjugados aos efeitos da genética. ([GOLDANI](#), 1999, p. 80)

Partindo deste feito e do perfil da outra entrevistada, decidiu-se analisar os aspectos políticos e sociais da época em que envolvia a mulher jovem brasileira, hoje nossa idosa.

As chances de acesso à educação, que no Brasil sempre aconteceram de forma assimétrica e desigual, estão no cerne da situação de pobreza e dependência que a maioria das mulheres brasileiras idosas enfrenta hoje: sem terem tido trabalho remunerado, contam apenas com benefícios mínimos de aposentadoria ([BERQUÓ](#); [GOLDANI](#), 1999).

No âmbito da política, a promulgação do voto feminino ocorrida no Brasil somente em 1932 representou de certa forma, a aquisição de um direito que significou um avanço na condição feminina.

Um outro indicador que evidencia a crescente participação feminina é o de chefia de domicílio por idosos. Enquanto na população geral a chefia feminina corresponde a



24,9% contra os 75,1% dos chefes homens, quando se passa para a população idosa a diferença se reduz bastante. Das chefias idosas, 66,1% são exercidas por homens e 33,9% por mulheres, geralmente com idade média em torno de 66 anos ([CAMARANO et al., 1999](#)).

As estatísticas sobre a estrutura familiar por grupos de renda apontam que “a proporção de famílias chefiadas por mulheres chega a ser duas vezes e meia mais elevada nas famílias de rendas mais baixas”, ou seja, uma elevada proporção de chefes de família pobres é composta por mulheres ([CAMARANO et al., 1999](#)).

Na análise das famílias com idosos, a proporção de mães idosas morando com os filhos foi mais de quatro vezes superior a de pais idosos (16,3%). Dados sociodemográficos revelam também a expressiva proporção de pessoas idosas vivendo sozinhas (15,5%), - categoria em que as mulheres também predominam: 10,5% ([CAMARANO et al., 1999](#)). [Veras](#) (1999) comentou que as mulheres contribuem durante a vida inteira com a educação dos filhos, com o trabalho doméstico, com o cuidado com os parentes idosos, mas que, “freqüentemente terminam desamparadas, justamente numa das fases mais delicadas de suas vidas: a “velhice”. Segundo o autor, “a vida solitária é muito mais freqüente entre as mulheres do que entre os homens”.

As preocupações teóricas relativas ao gênero estiveram ausentes na maior parte das teorias sociais formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX. No Brasil, o campo de estudos de gênero só veio a se consolidar no final dos anos 70, paralelamente ao fortalecimento do movimento feminista no país ([FARAH, 2004](#)).

O teor do movimento feminista no século XX é indiscutível. As mulheres deixaram de exercer apenas o papel de coadjuvantes da história para fazerem parte do elenco principal. Ao longo dos anos 1960, quando os canais de comunicação começaram a abrir espaço para as denúncias sobre condição marginal da mulher brasileira, mal se podia prever a verdadeira revolução que se anunciava neste campo.

Alguns sinais de que as coisas começavam a mudar já podiam ser apontados: em 1962, o Código Civil eliminava, enfim, o princípio segundo o qual a mulher, ao contrair matrimônio, abria mão, por assim dizer, do direito de decidir sobre alguns aspectos fundamentais de sua condição de cidadã, como firmar contrato de trabalho, sem autorização do marido, dispor de conta ou poupança bancária, opinar na fixação do domicílio, viajar para o exterior, etc.

A busca da mulher brasileira por um lugar de direito na sociedade levou a lutas que determinaram conquistas como o crescimento vertiginoso de matrículas femininas na universidade, o que resultou na queda de um reduto tradicional do patriarcado brasileiro no mercado de trabalho abrindo espaço para participação da mulher em áreas não-convencionais dos diferentes setores de produção.

A partir de meados da década de 1970, os primeiros movimentos organizados de mulheres cresciam e se espalhavam por todo o país e as teorias de Simone de Beauvoir e Betty Friedan eram amplamente debatidas nos diversos espaços sociais, passando pelos sindicatos e pelos partidos políticos ([BAUER, 2001](#)).

Conforme [Colling](#) (1997), “as mulheres viraram o mundo de cabeça para baixo” desistindo do papel privado, invisível, para o público. Para serem vistas e ouvidas, falaram



alto evocando Simone de [Beauvoir](#) (1990), que dizia ser a emancipação da mulher não uma questão de felicidade, mas de liberdade. Liberdade para trocar a paz pela luta, e a segurança pelo questionamento.

O movimento feminista, resultante de uma organização de mulheres em torno de problemas específicos de sua condição e que tenta eliminar as barreiras de discriminação a que estão sujeitas, expandiu-se no Brasil a partir da década de 60 do século XX. Nessa época, a pílula anticoncepcional é saudada como uma revolução no campo da sexualidade e a liberação das mulheres, proporcionada por ela, é acompanhada de revisões comportamentais. O casamento é questionado. E a moda acompanha os novos tempos: a geração criada sob rígidas condições de repressão sexual inventa a minissaia e o biquíni.

Os anos 1970 marcarão uma reviravolta do movimento feminista, que coloca no centro das discussões a relação homem-mulher. Nesta década, as mulheres, já organizadas, combinaram a luta contra a ditadura e por melhores condições de vida, com a discussão dos problemas específicos das mulheres, como sexualidade, contracepção, aborto, dupla jornada de trabalho e a discriminação econômica, social e política.

As mulheres começam a ocupar espaços exclusivamente masculinos, como, por exemplo, a escritora Rachel de Queiroz, em 1977, que passa a ocupar um lugar na Academia Brasileira de Letras, instituição que, desde sua fundação em 1896, só fora integrada por homens. A elas são atribuídos prêmios, como o Nobel de Literatura em 2007, ganho por uma mulher idosa, Doris Lessing.

Para [Goldanni](#) (1999, p. 83), “cuidar de filhos, pais ou parentes foi e continua sendo parte do curso de vida das mulheres”, o que demonstra que, em se tratando de contratos intergeracionais e de arranjos familiares, a questão de gênero ocupa posição central, pois as mulheres constituem a grande maioria do contingente das pessoas idosas .

Esses comportamentos de acatar, renunciar, submeter-se e obedecer, herança de um modelo tradicional que restringiu a mulher ao espaço doméstico durante séculos, estão na origem da “naturalidade” e até do orgulho com que muitas mulheres aceitam e tomam para si o papel de grandes “cuidadoras” da humanidade. Segundo [Duarte e Santos](#) (2004), “desde o patriarcado, uma das representações sociais mais identificadas às mulheres foi a indissolúvel paridade mulher-cuidadora” [...] e “ser altruísta não era uma qualidade, mas, antes de tudo, um requisito de toda mulher”.

No Brasil, 55% dos idosos são mulheres. São vários os fatores que contribuem para a maior longevidade da população feminina brasileira: mortalidade diferencial por sexo; queda da mortalidade materna; proteção hormonal do estrogênio; inserção diferente no mercado de trabalho; consumo diferente de tabaco e álcool; postura diferente em referência à saúde/doença; relação diferente com os serviços de saúde ([IBGE](#), 2000).

A Organização Mundial de Saúde reconhece o gênero como sendo um dos determinantes transversais para o processo do envelhecimento na medida em que determina quais os valores e atitudes que a sociedade dará aos homens e mulheres componentes de estrutura social. [Neri](#) (2001) nos alertou sobre o perigo que nos cerca ao entendermos que a feminização da velhice deva ser compreendida apenas como aumento do número de mulheres na população idosa, uma vez que estudos

epidemiológicos mostram que a longevidade das mulheres idosas significa mais risco que vantagem, uma vez que ela é física e socialmente mais frágil do que os homens. A feminização da velhice, pois, é vista principalmente como problema médico-social. Ainda, além de serem danosas para os idosos e, em longo prazo, para a sociedade, essas concepções são apenas parcialmente verdadeiras. Idosas de todas as classes sociais formam hoje um segmento cada vez mais visível e diferenciado, que responde de modos os mais variados às diversas demandas da sociedade e do envelhecimento.

MÉTODOS

Tipo do estudo

A pesquisa realizada foi qualitativa, semi-estruturada, com objetivo de levantar a história de vida de duas idosas que viveram sua juventude no final da década de 1960 e início de 1970, cujos fatos da infância, adolescência, juventude, idade madura e velhice foram revisitados. Hoje, ambas residem em São José dos Campos – SP. A primeira idosa entrevistada, nascida em Olímpia – SP tem hoje 71 anos; é conservadora e de educação formal tradicional. Aluna da UNATI (Universidade Aberta à Terceira Idade) – Núcleo de São José dos Campos/UNESP, seu perfil é representativo da maioria dos participantes. A outra entrevistada, nascida em Salvador – BA e hoje com 67 anos, é revolucionária. Constatou-se que a variável ambiente, definia-se bem para o comportamento das duas entrevistadas. A primeira nascida no interior de São Paulo, fez estudos de ensino médio em colégio administrado por freiras, onde os padrões eram muito rígidos, terminou seu curso superior em Minas Gerais – também no interior, longe das agitações da grande cidade. A segunda, em contraposto, viveu sempre numa capital e mudou-se para São Paulo para cursar a Faculdade de Ciências Sociais e Políticas, - berço da revolução dos anos 70. Estes perfis com idades aproximadas e vivências tão diferenciadas, por hora, definem claramente os contrastes de personalidades e objetivos deste estudo de casos.

Procedimentos

As participantes foram questionadas oralmente, por meio de resgate de memórias, onde expuseram suas trajetórias, por vários momentos, em conversa espontânea e natural. Num segundo momento, elaborou-se um roteiro de perguntas para levantamento do histórico de ambas desde a infância, registrando-se, na primeira situação, de forma escrita e na segunda por gravação com transcrição na íntegra.

Buscou-se, com a entrevista, entender as questões de gênero presentes na história dessas mulheres que viveram sua juventude num período social conturbado, durante o qual estavam ocorrendo grandes transformações sociais em nosso país. Tivemos por objetivo verificar como essas mudanças sociais teriam interferido nas escolhas dessas mulheres, em seu processo de envelhecimento.

RESULTADOS

A primeira entrevistada, aqui identificada como *Maria*, na análise dos dados coletados, caracteriza-se por uma idosa de 68 anos, com nível de escolaridade superior, que teve uma infância com cuidados severos dos pais, com uma submissão sem escolha, em que tinha a responsabilidade de cuidar da irmã mais nova e se submeter às preferências do irmão mais velho, por ser homem. Essa idosa em seus relatos apresenta sentimentos de não aceitação da situação e a busca pela garantia de direitos.

Maria – Minha infância foi uma infância normal [...] uma obediência de pai e mãe severa [...] foi uma infância normal, não teve nada assim que sobressaísse - era uma coisa corriqueira, uma coisa que eu mais que tem de falar de infância, é que eu nunca gostei de ser mandada, então [...] eu nunca me dei bem com esta coisa de estar olhando irmão, olhando filho, então isto daí, na minha infância. Me perturbou muito. Eu era do meio e sempre tinha uma irmã menor para tomar conta, isso eu nunca aceitei. Mas o resto foi tudo normal.

A entrevistada fala da primeira tentativa pela conquista da liberdade, obtida por meio da permissão do pai de estudar em outra cidade, resgatando-se como pessoa, assumindo sua identidade, como ela mesma diz:

Maria –[...] Eu quando me vi em casa, meio [...] fora de posição, eu pedi para meu pai se eu podia estudar fora, que era uma coisa que eu muito comum na época, mas como era colégio de freira, meu pai me deixou ir (Campinas). Eu fiz isto de propósito, porque lá eu me sentia dona de mim. Eu me sentia... eu sempre gostei muito de solidão, eu sempre me bastei a mim mesma. Eu gostava muito de solidão ... gostava muito de religião ... eu passava horas e horas em capela, tanto que as freiras achavam que eu seria uma futura freira, mas eu queria porque lá eu era a Maria que fazia o que a Maria queria, por isso eu me sentia muito bem. Vinha para a casa duas vezes ao ano só, e quando eu vinha para casa, era mimada, minha mãe tinha feito uma porção de roupas, o meu pai já ficava todo diferente comigo, então era saudade, eu me sentia muito bem.

Mantendo sua busca pela liberdade, *Maria* dá continuidade aos seus estudos e ingressa em uma faculdade. Mesmo sendo o sonho do pai uma filha médica, fez a opção pela Odontologia. Mais uma vez, com essa atitude, registra a sua busca por garantia de direitos de opção:

Maria – Eu quando eu pedi para meu pai, que eu queria sair de casa, uma das coisas que eu falei para ele, era que eu queria fazer uma faculdade [...] e [...] que o estudo na minha cidade (Olímpia) que era uma cidade pequena e não tinha nada. E, já pretendia estudar, eu sempre gostei demais estudar. Então, eu já sabia, eu tinha certeza que faria uma faculdade. Só que meu pai, como era farmacêutico, ele sempre queria ter um filho médico, mas eu achei que medicina para mim não era o que eu queria -, cuidar com os

sofrimentos dos outros não gostei da... da... Então eu fiz odontologia, justamente porque era uma coisa a fim. E foi uma faculdade boa, grande [...] tudo, mas e, com isso eu continuei fora de casa. Porque fui prestar em Uberada, onde eu entrei e lá eu continuei fora de casa, que eu estava bem.

Fugindo aos padrões sociais da época, as novas alternativas de vida que começaram surgir para a mulher no cenário social de nosso país, na década de 1960, eram vistas como comportamentos levianos ou “coisa de moça mal falada”. Sobre essa questão, Bassanezi comenta:

Tantas preocupações, regras e advertências não impediram que muitas moças, sem maior ou menor ousadia, fugissem aos padrões estabelecidos. A vontade e a coragem de transgredir iam de fumar, ler coisas proibidas, explorar a sensualidade das roupas e penteados, investir no futuro profissional, discordar dos pais, a contestar secreta e abertamente a moral sexual, chegando a abrir mão da virgindade – e, por vezes, do casamento – para viver prazeres eróticos muito além dos definidos (BASSANEZI, 2006, p.622).

Ao se formar, embora a maioria das amigas estivesse namorando colegas de classe ou curso, só ela se casou. Ela inicialmente manifesta o desejo de não se casar, que é contestado pela família. Busca, em lugar do casamento tradicional, convencer a família por um compromisso oficial no cartório civil, o que não é aceito. A pressão familiar, nesse momento, leva-a ao tradicional. Seu modo de transgredir a regra foi no casamento usar um vestido prateado, curto, no lugar do branco longo, tradicional. Embora tenha cedido às pressões familiares, compactuando com os valores tradicionais, busca um meio de protestar.

Maria – Eu para falar a verdade, eu não queria me casar. Eu queria ter um compromisso, ir lá na igreja, nada de tradicional eu gostava. Então, não queria nem casar. Achei que a gente ia ao cartório, depois o padre ia lá dava uma benção, isto seria casar. Mas quando eu falei para minha mãe não queria vestido de noiva, que não queria festa [...] não queria nada, daí a família se juntou e meu tio deu um tecido que ele tinha loja, minha prima que era costureira e fez o vestido, mas eu não queria o vestido comprido e ele quis, eu nem queria vestido branco. Então meu vestido era todo prateado, no joelho, não era nem habiêe lá para baixo, no joelho onde eu usava e [...] teve, [...] a mamãe ficou meio chateada com tudo isso, todo mundo ficou, mas saiu o vestido de noiva. Eu estava com vestido de noiva, um vestido novo, mas [...]. Eu não quis, eu queria um casamento diferente [...].

Segundo Bassanezi,

[...] ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres. Na ideologia dos Anos Dourados, a maternidade, o casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina sem limites, sem história, sem possibilidade de contestação (BASSANEZI, 2006 p. 609).

Já formada, vivendo em São Paulo, ainda solteira, surgem diversas oportunidades de trabalho para *Maria*. A opção pelo casamento coloca-a em situação de frustração. Surge, de um lado, a oportunidade de aprimoramento profissional e financeiro e do outro o de ser esposa.

Maria – Eu exerci logo que me formei, logo que eu estava noiva e eu fiquei em São Paulo trabalhando (voz traz maior emoção neste momento). Fiquei trabalhando com [...] como eu não ia montar o consultório e nem ia arrumar emprego, porque eu ia me casar e morar no interior, eu trabalhei assim com dentistas. Trabalhamos, dentistas começando também, depois um pouco mais para frente, eu fui num curso e encontrei amigos de formatura e eles perguntaram: - o que você está fazendo? – Estou trabalhando com [...] meio período num consultório de um amigo. Ele falou: te interessa ganhar dinheiro? Te interessa trabalhar? Eu falei: oh se me interessa [...] Era um consultório em Santo André. Meus pais moravam em São Paulo. Ele falou assim, é um judeu e está precisando de uma dentista que cuide só de criança. Eu fui falar com o rapaz e o rapaz maravilhoso, ele me aceitou. Até uma das coisas que me assustou muito, foi que ele falou - só que tem uma coisa, você vai cobrar o meu preço, ele me deu uma lista que eu fiquei até desesperada, porque era uma lista de gente rica, milionária. Tinham aquelas crianças com babás, chofer, para meu trabalho. Aí eu vi o que era ganhar dinheiro. Aí ele exigiu, que uma das coisas a gente vai querer que você faça e vai ter que fazer, é fazer cursos. Daí eu estava realizada mesmo. Porque eu ia fazer cursos, pós, né [...] afinal, que naquela época não existia. Mas aí, no tempo eu que achei que eu ia me acertar na profissão, meu noivo veio e perguntou: Eu vim aqui porque estou com dois problemas: começar a profissão e sozinho. E era lá de Presidente Prudente. Eu vim saber, se você [...] marcar casamento. Olha, para mim foi [...] eu fiquei noites e noites sem pensar, porque tive que [...] entre minha profissão e o casamento. E se eu fiquei noiva, era porque eu gostava dele. Olha, foi uma das decisões mais difíceis que eu tive na vida, porque tudo que eu queria era aquela profissão. Mas, também tudo que eu queria [...] também na época casava-se, né? Então eu tinha que casar e já. Mas eu tive que largar a profissão e foi muito difícil. Mas eu pensei que ainda iria trabalhar [...] quando eu casasse, mas aí meu marido não [...] não queria muito [...] porque naquela época homem que sustentava a casa, mesmo assim eu fiz Cades – que era um curso para poder lecionar, meu sogro até arrumou à noite, porque meu marido podia estar em casa com as crianças [...] ele falou que eu poderia trabalhar até[...] eu teria filhos, porque ele foi criado sozinho, que mãe morreu muito cedo, ele disse que não queria que os filhos fossem criados como ele, Ele tinha razão, ele passou por isto. E arrumei, mas aí ele não aceitou [...]. Nunca estava em casa, ele sempre tinha outra coisa, ele não queria mesmo que eu trabalhasse. Eu comecei a dar aula, o Cades dava direito a fazer Ciências e História Natural. Mas, também foi um pouco só, daí foi ficando muito difícil. Aí então eu falei, já que não vai dar certo, eu já casei, então [...] eu larguei de trabalhar, mas foi muito difícil. Eu não podia encontrar amigas que trabalhavam fora que eu me revoltava.

Bassanezi comenta:

Uma mulher com mais de 20 anos de idade sem perspectiva de um casamento corria o risco de ser vista como *encalhada*, candidata a *ficar para titia*. Aos 25 anos, considerada *solteirona*, já era fonte de constrangimento. (BASSANEZI, 2006, p.619).

Maria em seus relatos mostra suas emoções em relação ao quanto foi difícil a opção pelo casamento em detrimento da vida profissional. Quando da opção pelo casamento, relatou ter ficado no lugar de esposa perfeita, ela, novamente se rendeu ao tradicional, a "Amélia" como ela se define, - referência à letra de uma música de *Ataulfo Alves e Mário Lago* — *Ai, que saudades da Amélia* — que descreve a mulher servil e sem vaidades.

Maria – Foi [...] difícil. Mas, eu tenho uma cabeça muito boa de adaptação. Eu me mando muito, eu sou muito independente. Então se eu passo [...] se eu não quero, eu passo a não gostar, e aí a achar que aquilo que eu faço é o certo. Mas, com isso eu fui [...] eu sempre fui muito perfeccionista. Então aí, eu fui ser a Amélia, a esposa - a mulher de verdade. Já que eu não podia trabalhar, então eu ia ser perfeita. Eu que tomei conta de filho, de reunião de filho, de decisões de filho, de decisões de casa, tudo tinha que ser perfeito, tudo tinha que ser mais [...] eu me realizei nesta parte. Independência. Porque meu marido deixou para mim. Então é eu que mandava, eu que fazia, e eu que [...] então [...] foi adaptável. No começo foi difícil, mas demorou bem esta época de não gostar das pessoas que trabalhavam fora. Eu não me dava bem com a pessoa. Encontrava com uma professora, começava a falar do trabalho, eu me retirava, porque eu não podia fazer aquilo. Mas [...] depois me adaptei em casa, marido bom, marido me dando tudo, marido que saía comigo pra tudo, carinhoso, os filhos foram ótimos, então eu fiquei realizada no casamento [...].

A esse respeito Bassanezi é da opinião que

As distinções entre papéis femininos e masculinos, entretanto, continuaram nítidas; a moral sexual diferenciada permanecia forte e o trabalho da mulher, ainda que cada vez mais comum era cercado de preconceitos e visto como subsidiário no trabalho do homem, o "chefe de casa". (BASSANEZI, 2006, p. 608).

Momentos e situações contraditórias são apresentados pela outra entrevistada, que chamaremos de *Antonia*.

A adolescência foi mais difícil. Perdeu a mãe aos 16 anos. Teve dificuldades na Escola e tem vontade de estudar, repetiu o ano. Diz que sua juventude foi marcada pela clandestinidade. Foi perseguida política dos 24 aos 34 anos, quando a Anistia Política foi declarada. Teve inclusive de se utilizar de "nome frio", para sobreviver. Passou por



privações e medos, mas não abre mão de seus ideais e não se arrepende, diz: tenho orgulho disto tudo.

A tentativa de desconstrução do sujeito político feminino é realizada também pelo conjunto da sociedade. A família sente-se traída pela opção política dos filhos. Conforme nos relatou [Colling](#) (1997 p. 112), uma mulher desviante é a que não atua em profissões “ditas” femininas, como o magistério, por exemplo, já que a escola é vista como a extensão do lar.

Ao questionar sobre sua passagem da juventude para a idade adulta, diz:

Em 1969 foi obrigada a cometer um aborto para acompanhar meus ideais. Tudo tornou muito significativo nesta etapa, pois teve que mudar radicalmente o seu modo de vida. Abandonar a família querida, os amigos, o trabalho e enfrentar uma vida de fugas e clandestinidades em outra cidade, em outros costumes, em outro país, pois esteve exilada por 6 meses (janeiro a julho de 1972) no Chile, onde teve que fugir, seguindo as regras dos “companheiros” de luta. Teve que usar de estratégias muito significativas de fuga, pois poderia ter o final que os amigos tiveram, de nunca mais serem localizados – até os dias de hoje.

Ser ativa politicamente a caracterizava como prostituta. A prostituição era um conceito do qual precisavam para poder colocá-la na imaginação.

Acerca dessa questão, Colling explica que:

[...] é uma mulher-objeto, sem vontade própria, que milita os partidos de oposição ao regime militar por influências de homens – pais, irmãos, maridos e amantes. Como é uma mulher desviante, ela aparece como amásia e amante que abandona o lar, os filhos e o marido para se dedicar às lides terroristas” ([COLLING](#), 1997, p. 105).

Antonia relata ainda que “Ao assumir seu nome verdadeiro, período que já estava grávida de sua primeira filha, aos 34 anos, tinha as carências de uma vida não vivida dos 24. Tinha anseio em viver esta idade que lhe foi roubada. A compensação da filha trouxe-me muita alegria e a maternidade é encarada com muito amor.

Essa mulher externa em suas memórias momentos de grandes dores e sofrimentos, e ao resgatar seus saberes e poderes, sente-se enfraquecida perante tantas lutas e sonhos, porque a sociedade não vê com bons olhos mulheres que quebraram tantos valores seculares. Ela é hoje, uma mulher madura, que sobreviveu a todas essas lutas, quer sejam políticas, sociais ou pessoais. Compara o envelhecimento do homem e da mulher, dizendo: *são radicalmente diferentes. Ao homem sempre é dado mais oportunidades, a nossa sociedade poupa mais e desculpa o ser masculino.*

Colling ainda mostra que

A constituição do sujeito político feminino pelos órgãos da repressão é uma tentativa de desconstrução do sujeito político autônomo, enquadrando a mulher militante como apêndice dos homens, incapaz de decisão política. Para a repressão militar a mulher "subversiva" é um sujeito desviante que participa da política de oposição ao regime militar, acompanhando homens ou à procura de homem. (COLLING, 1997 p.111).

E conclui seu relato dizendo: *Hoje é bem melhor, pois aprendi com buscas a satisfação e o bem-estar.*

Momentos de lutas, dores e realizações políticas tornaram-se secundários perante seu papel de mãe e avó.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aquela mulher que se sentia submissa, sob a autoridade familiar, tratada com a severidade do patriarcado, sujeita à submissão da sociedade, tanto social como politicamente, se rebelou e emitiu seu grito de liberdade dentro dos parâmetros de regras familiares estipulados na época.

Liberdade que se apresenta nos dias de hoje, seja pela quebra de convenções, seja pela opção de criar novos horizontes. Esta se faz presente tanto nas mulheres jovens quanto nas mulheres idosas. Exemplos constantes são apresentados, seja na opção de como desenvolver o papel de avó, como na opção de, após enviudar, tentar um novo relacionamento, ingressar em partidos políticos, sociais e educacionais.

Por meio da análise do conteúdo dos relatos das entrevistas realizadas, verificamos a evidência de uma mulher que lutou por sua liberdade, embora tenha cedido às convenções de época, *casamento* em detrimento da *realização profissional*, e buscou, em sua trajetória, canais para a garantia de seus direitos. E, por meio de uma amostra viva da idosa dos dias de hoje, verificamos, igualmente, a evidência de uma outra mulher que, quebrando regras, não abriu mão de seu papel político-social. O papel feminino na política é realizado também pelo conjunto da sociedade. Deixou de ser uma presença silenciada na história, que passou a ser ouvida, que deixou de ser privada para ser pública, mostrando sua identidade como cidadã.

A partir dos relatos apresentados pelas entrevistadas, pudemos observar as influências que caracterizam sua geração, em relação à maneira de ver a vida e de exercer seu papel junto à sociedade.

A descoberta — em suas memórias — da vontade, do sonho, do desejo, tudo encoberto pela submissão, a não participação ao jugo da família, levou-as a uma proposição pessoal de estagnação em contraste com a revolução, induzindo-as a conflitar seus desejos em nível individual, mas não a criar espaço maior de realização pela conquista grupal de movimentos sociais junto à conquista por cidadania. Foram lutas internas e pessoais, privadas ou públicas, prevalecendo sempre o poder. Ambas as categorias são desviantes de padrões estabelecidos pela sociedade de época, cuja finalidade era enclausurar a mulher num mundo privado e doméstico.

Assim, esse trabalho buscou retratar a trajetória da mulher pela garantia de seus direitos sociais, dentro de limites repressores impostos. Ao retratar essa mulher que viveu sua juventude no final da década de 1960, início dos anos 1970, fica o interesse em criar espaços onde mulheres, idosas ou jovens, possam refletir sobre questões relativas à garantia de direitos sociais, pela instituição de um mundo menos desigual e com mais dignidade existencial.

E, de acordo com as conclusões, parafraseamos [Colling](#) (1997, p.118): *“nascer mulher ainda significa ocupar um lugar já determinado na sociedade. É preciso que as mulheres tornem-se cidadãs”*.

REFERÊNCIAS

[ARBER, S.; GINN, J.](#) **Gender and later life: a sociological analysis of resources and constraints**. London: Sage, 1991.

[BASSANEZI, C.](#) Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **Histórias de mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 619.

[BAUER, C.](#) **Breve historia da mulher no mundo ocidental**. São Paulo: Xamã, 2001.

[BERQUÓ, E.](#) Considerações sobre o envelhecimento da população no Brasil. In: NERI, A. L.; DEBERT, G. G. (Org.). **Velhice e sociedade**. Campinas: Papius, 1997. p. 11-40.

[BEAUVOIR, S.](#) **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

[CAMARANO, A. A.](#) *et al.* Como vive o idoso brasileiro? In: _____. (Org.). **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p. 19 -71.

[COLLING, A. M.](#) **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

[DUARTE, C. V.; SANTOS, M. A.](#) E agora [...] de quem cuidarei: o cuidar na percepção de idosas institucionalizadas e não institucionalizadas. **Revista Ciência e Profissão**, v. 24, n. 1, p.213, 2004.

[FARAH, M. F. S.](#) Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692.pdf>>. Acesso em: 24 jan 2005.

[GOLDANI, A. M.](#) Mulheres e envelhecimento: desafios para novos contratos intergeracionais e de gênero. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Muito além dos 60 os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA. 1999. p. 75-113.

[INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA \(IBGE\)](#). **Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil**. Rio de Janeiro, 2000.

[NERI, A. L.](#) Paradigmas contemporâneos sobre o desenvolvimento humano em psicologia e sociologia. In: _____. (Org.). **Psicologia do envelhecimento**. Campinas: Papyrus. 2001. p. 11-37.

[VERAS, R. P.](#) O Brasil envelhecido e o preconceito social. In: _____. (Org.). **Terceira idade: alternativas para uma sociedade em transição**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: UNERJ, UNATI, 1999. p. 35-50.